CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO PLENÁRIO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO - PI, EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÇÕES FEDERAIS. QUE ENTRE SI FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI E A EMPRESA **JOAO PAULO BACELAR ROCHA**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO I, PARÁGRAFO 3º, DA LEI 14.133/2021 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO/PI, inscrito no CNPJ nº 35.155.316/0001-37, situada na Rua Areolino de Abreu, 221, Centro, União/PI, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Paulo Eduardo Andrade Bacelar, com competência para assinar contratos, doravante denominado apenas **CONTRATANTE.**

CONTRATADA

JOAO PAULO BACELAR ROCHA, inscrito no CNPJ: 47.656.455/0001-23, situada na Rua Teresina de Jesus G da Silva, nº 786, Bairro São Sebastião, União - PI, doravante denominado apenas **CONTRATADA**.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado a contratação de empresa de engenharia para reforma do Plenário Legislativo da Câmara Municipal de União - PI, nos autos da **Dispensa de Licitação nº 009/2023**, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para reforma do Plenário Legislativo da Câmara Municipal de União - PI, conforme especificações e quantidades constantes da **Dispensa de Licitação nº 009/2023**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Os itens, ora contratados, foi objeto de procedimento de Dispensa de Licitação nº 009/2023, Processo Administrativo nº 017/2023, conforme a autorização da autoridade competente, e de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme Art. 92 inciso III.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será executado de acordo com a Ordem de Serviço emitida pelo órgão competente da Câmara Municipal, no horário de 08:00 as 12:00 e de 14:00 as 17:00horas, e será vistoriado por setor competente desta Câmara Municipal, conforme determinações da lei de 14.133 contidas no Capítulo VI do Art. 115 a 123.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 53.341,48 (cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos), conforme os preços constantes na proposta vencedora e na tabela em anexo, onde o pagamento será efetuado, em moeda nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, estando está devidamente atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARAGRAFO QUARTO: Este contrato não sofrerá reajuste de preços.

Os pagamentos serão de acordo com o que está contido no Capítulo X do Art. 141 á 150 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informamos que as despesas serão efetuadas com os seguintes recursos: Recurso Próprio.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

I - Emitir a Ordem de Serviço do objeto contratado, assinada pela autoridade competente;

II – Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

III - fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro, integrado ao Gabinete do Presidente desta Câmara.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

I - Executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;

II - Entregar os itens objeto do contrato, na sede de acordo com a Ordem de Serviço, no prazo máximo definido em tal documento, de acordo com a necessidade e conveniência da Câmara Municipal de União - PI;

III - prestar o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo Licitatório, **Dispensa de Licitação nº 009/2023**;

IV - Substituir, às suas expensas e no prazo determinado pelo órgão competente desta Câmara Municipal, os itens em que se verificarem vícios destoantes do padrão normal;

V – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VI – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VII – utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VIII – manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX – Executar ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

O presente contrato será extinto excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos na da Lei n.º 14.133 conforme estabelecido na Seção VI Título 3 Capítulo VIII, sob qualquer uma das formas descritas na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO

O ato que autoriza a contratação ou Extrato de contrato do presente instrumento será publicado em sítio oficial eletrônico conforme art. 72, no prazo previsto no do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura ou ao término da prestação, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, por interesse público e de acordo com a conveniência deste Município, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARAGRAFO SEGUNDO - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

PARAGRAFO TERCEIRO - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, de acordo com o Art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de aplicação de multas, será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.133/2021, cabem os recursos dispostos no seu capítulo II Art. 165.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA VINCULAÇÃO

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a **Dispensa de Licitação n.º 009/2023**, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Processo Licitatório e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de União, Estado Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em 02(duas) vias, assinam as partes abaixo.

União/PI, 15 de maio de 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO/PI
Paulo Eduardo Andrade Bacelar - Presidente da Câmara Municipal de União - PI
CONTRATANTE

JOAO PAULO BACELAR ROCHA
CNPJ: 47.656.455/0001-23
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME _____ CPF/RG_____

NOME _____ CPF/RG_____

ORDEM DE SERVIÇO

Autorizo a empresa JOAO PAULO BACELAR ROCHA, inscrito no CNPJ: 47.656.455/0001-23, situada na Rua Teresina de Jesus G da Silva, nº 786, Bairro São Sebastião, União - PI, contratado através do Processo Administrativo nº 017/2023 através do procedimento de Dispensa nº009/2023, para executar os itens contratados, de acordo com os valores ofertados na proposta.

União/PI, 15 de maio de 2023

Paulo Eduardo Andrade Bacelar
Presidente da Câmara Municipal de União - PI

Recebi a presente autorização em ___/___/2023

João Paulo Bacelar Rocha
Assinatura do Representante da Empresa

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO/PI

CNPJ: 35.155.316/0001-37

CONTRATADO: JOAO PAULO BACELAR ROCHA

CNPJ: 47.656.455/0001-23

ENDEREÇO: Rua Teresina de Jesus G da Silva, nº 786, Bairro São Sebastião, União - PI

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para reforma do Plenário Legislativo da Câmara Municipal de União - PI

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021.

FONTE DE RECURSOS: Recurso Próprio

VALOR: R$ 53.341,48 (cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos)

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de maio de 2023

VIGÊNCIA: 12 meses

Publique-se,

Paulo Eduardo Andrade Bacelar
Presidente da Câmara Municipal de União - PI

ORDEM DE SERVIÇO

Autorizo a empresa JOAO PAULO BACELAR ROCHA, inscrito no CNPJ: 47.656.455/0001-23, situada na Rua Teresina de Jesus G da Silva, nº 786, Bairro São Sebastião, União - PI, contratado através do Processo Administrativo nº 017/2023 através do procedimento de Dispensa nº009/2023, para executar os itens contratados, de acordo com os valores ofertados na proposta.

União/PI, 15 de maio de 2023

Paulo Eduardo Andrade Bacelar
Presidente da Câmara Municipal de União - PI

Recebi a presente autorização em ___/___/2023

Assinatura do Representante da Empresa